

**Carlos Chagas**

Suponha-se uma universidade ou, mesmo, um colégio secundário ou primário onde professores e alunos participem de apenas uma aula semanal. Ou duas, pode ser até três. Além de não ensinar nada, o estabelecimento seria logo desmoralizado pela reação e o protesto dos pais.

Vamos para uma fábrica pode ser de bicicletas, geladeiras ou camisinhas. Se a linha de produção funcionar apenas às quartas-feiras, ou mesmo nas tardes de terça e nas manhãs de quinta, a falência é imediata. Vale o mesmo para a mídia. Que tal o leitor ficar esperando um jornal diário que só circula uma vez por semana? Ou um canal de televisão que não vai ao ar às sextas, sábados, domingos e segundas, hora nenhuma e ainda sem poder ser assistido plenamente nos outros dias? Não haverá anunciante disposto a bancar qualquer programa. Nem telespectador disposto a ficar horas diante de um vídeo que nem logotipo é capaz de apresentar.

Existem profissões onde, além de trabalhar a semana inteira, o cidadão ainda se desdobra nos plantões de sábado e domingo. E assim nos hospitais nas redações, nas companhias de eletricidade e gás. E ninguém reclama, tanto porque todos sabiam que seria assim, ao pleitear o emprego, quanto pela consciência de que certas atividades não podem parar.

Tome-se agora o Congresso Nacional. Na Câmara, sessões só uma vez em cada sete dias. Trabalho de comissões, no máximo duas vezes

por semana. E isso com casa de graça, passagens aéreas por conta do erário, franquias telegráficas, possibilidade de empregar parentes nos gabinetes e altíssimos salários.

Não dá para aceitar. Bissextamente suas excelências trabalham, como durante o funcionamento da CPI do PC Farias ou da CPI da Corrupção no Orçamento. Estenderam as inquirições e votações às vezes por 14 horas seguidas. Compareceram ao

blica, do Natal e do Ano Novo.

Dizem que o País está sendo passado a limpo, coisa de que muita gente duvida. O problema é que o apagador e a borracha (a escolar) não chegaram nem perto do Palácio do Congresso. E com o agravante de que o funcionalismo das duas Casas, com raras exceções, vale-se dos mesmos privilégios dos parlamentares.

Em boa coisa isso não vai dar. Radicais e exibicionistas movem campanha sistemática contra o Legislativo. Pregam desde o voto em branco até a cadeira elétrica para os deputados e senadores corruptos. Querem o recesso permanente e a cassação de todos os mandatos. O estranho, nessa história, é que qualquer enquête promovida junto à opinião pública chega aos mesmos resultados, ainda que por caminhos menos violentos. A imprensa não deixa de denunciar, todos os dias, o vasto culto à preguiça celebrada na Câmara e no Senado. Se o Congresso desaparecesse, um belo dia, muitos só se dariam conta meses depois.

O pior na história é que democracia sem Legislativo não funciona. Mas como o Legislativo, por decisão própria, nega-se a funcionar, basta aplicar o silogismo. Democracia não há, pelo menos como deveria haver.

Essas considerações se fazem a favor, não contra, como as dos radicais e dos exibicionistas. Na semana passada faltaram mais de 300 deputados e senadores, quando se votava a medida provisória do aumento de impostos para as empresas. Era uma quinta-feira, e, numa ou noutra hipótese, não há saída; faltaram porque entenderam não ser dia de trabalho ou faltaram para beneficiar investidores. Um dia desses os médicos poderão invadir o Congresso e transformá-lo num belo hospital. Ou os professores, numa universidade magnífica, com biblioteca e tudo. Quem sabe os "sem-casa", para morar num palácio? Ou os militares, porque quartel igual, nem o Pentágono...

■ Carlos Chagas é jornalista e professor da Universidade de Brasília



Prodases de madrugada e promove reuniões até durante as refeições. Mas esses períodos de esforço concentrado, se diluídos pelo ano legislativo, significam zero à esquerda. Valem muito pouco. Para não falar das férias prolongadas, dos recessos e até das ausências gerais em semanas como as do carnaval, da Paixão, da Pátria, da Proclamação da Repú-